ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA

C.N.P.J. Nº 68.311.216/0001-01

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados.
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 16º, parágrafo 2º, combinado com os artigos 17º, alíneas d e 28º, em Assembleia Geral Ordinária ocorrida à 14:00 horas do dia 25 de Abril de 2013, na sede social da Associação Saúde da Família, situada à Praça Mal. Cordeiro de Farias, 55 Higienópolis, São Paulo, SP, em segunda convocação, submetemos à apreciação de V. Sas. Prestação de Contas do ano de 2012, auditada pela empresa de Auditoria Independente Ernst &Young Terco, e aprovada pelo nosso órgão Interno - Conselho Fiscal composta das seguintes peças: a) Demonstrações Contábeis e Financeiras da Associação Saúde da Família, elaboradas na forma da Legislação vigente. b) Relatório anual de Atividades. A Prestação de Contas foi devidamente aprovada pelo nosso órgão Interno- Conselho Fiscal, tanto suas Demonstrações Contábeis e Financeiras, como Relatório de Atividades. Verificamos que estes refletem os objetivos de nossa entidade que são a elevação da qualidade de vida humana por meio de assistência à população na área de atenção básica, com ênfase na estratégia da saúde da família, considerando os diferentes níveis de complexidade do SUS. Para atingir seus objetivos a instituição desenvolve também atividades científicas, culturais, educacionais e filantrópicas nas áreas de meio-ambiente, cidadania e desenvolvimento sócio econômico de comunidades no Brasil e no exterior. Participação em programas de atenção básica à população, e realiza assistência técnica nas áreas gerenciais de programas em saúde cooperando com a formação de recursos humanos, monitoria e avaliação de programas e projetos. Organiza e promove atividades educacionais como conferências, seminários e exposições, como forma de divulgar os avanços técnicos e científicos no Brasil e em outros países. A ASF também atua na realização de pesquisas qualitativas e quantitativas visando avaliar seus programas e projetos desenvolvidos e contribuir com a produção de conhecimento. A ASF estabelece parcerias por meio de convênios com instituições públicas e privadas. Esses convênios têm seguido, basicamente, três linhas: Cooperação na implementação da atenção básica à saúde; Projetos de prevenção e controle do HIV/AIDS/DST; saúde sexual e reprodutiva e projetos e programas especiais nas áreas de assistência social e saúde pública.

Presidente Carlos Eduardo Pereira Corbett

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (EM REAIS)

	Nota explicativa	2012	2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	78.739.995	63.306.779
Recursos a receber	5	23.125.193	14.663.510
Outros		73.217	120.890
		101.938.405	78.091.178
Não circulante			
Depósitos judiciais	6	62.936.773	58.120.215
Imobilizado	7	7.301.253	4.163.464
Intangível		3.218	7.752
Total do ativo		172.179.649	140.382.609

	Nota explicativa	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		4.333.095	2.071.676
Salários a pagar		34.770.427	28.187.710
Encargos sociais a pagar		5.547.395	4.707.881
		44.650.917	34.967.267
Não circulante			
Depósito judicial	6	62.936.773	58.120.215
Provisão para contingências	8	8.349.408	4.265.540
		71.286.181	62.385.755
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	43.029.587	31.698.835
Superávit acumulado	9	13.212.964	11.330.752
		56.242.551	43.029.587
Total do passivo e patrimônio líquido		172.179.649	140.382.609

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (EM REAIS)

	Nota explicativa	2012	2011
Contribuições de associação e instituições	10	327.895.108	261.768.330
Receitas financeiras		4.155.591	4.963.227
Outras receitas		31.777	24.956
Isenção cota patronal - INSS	11	64.025.063	55.214.477
		396.107.539	321.971.050
Despesas operacionais:			
Despesas com pessoal	12	(284.396.354)	(232.228.368)
Despesas gerais		(33.990.138)	(22.881.590)
Despesas tributárias		(448.673)	(168.957)
Despesas com depreciação e amortização		(44.349)	(46.904)
Isenção cota patronal - INSS	11	(64.025.063)	(55.214.477)
		(382.894.575)	(310.504.298)
Superávit do exercício		13.212.964	11.330.752

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (EM REAIS)

	2012	2011
Superávit do exercício	13.212.964	11.330.752
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit do exercício	13.212.964	11.330.752

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (EM REAIS)

	2012	2011
Superávit do exercício	13.212.964	11.330.752
Ajustes para reconciliar o superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	46.904	31.808
Baixa de ativo imobilizado	36.223	45.819
Provisão para contingências	4.083.868	863.741
	17.379.959	12.271.982
(Aumento) redução em ativos operacionais:		
Recursos a receber	(8.461.683)	(14.663.510)
Outros ativos	47.673	(31.220)
	(8.414.010)	(14.694.730)
Aumento em passivos operacionais:		
Fornecedores	2.261.419	1.576.749
Salários e encargos sociais	7.422.231	5.825.496
	9.683.650	7.402.245
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	18.649.599	4.579.526
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos		
Compra de ativos imobilizados	(3.216.382)	(582.238)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.216.382)	(582.238)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	15.433.217	4.427.288
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.306.778	58.879.509
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78.739.995	63.306.778

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (EM REAIS)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	29.220.631	2.478.204	31.698.835
Transferência do superávit do exercício anterior	2.478.204	(2.478.204)	-
Superávit do exercício	-	11.330.752	11.330.752
Saldos em 31 de dezembro de 2011	31.698.835	11.330.752	43.029.587
Transferência do superávit do exercício anterior	11.330.752	(11.330.752)	-
Superávit do exercício	-	13.212.964	13.212.964
Saldos em 31 de dezembro de 2012	43.029.587	13.212.964	56.242.551

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - (EM REAIS)

A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação") constituída em outubro de 1992 é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma entidade sem fins lucrativos, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei 9.718/98) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei 9.790/99, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados. • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais. • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial. • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal. • A Associação está sujeita à incidência de 1 % do Programa de Integração Social - PIS sobre a folha de pagamento mensal e está obrigada a apurar e recolher os encargos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Fundo Garantidor do Tempo de Serviço - FGTS sobre a folha de pagamento. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização para emissão, para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 25 de abril de 2013. **3. Políticas contábeis** - As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado – receitas e despesas** - As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é registrada em conta específica do passivo. **b) Estimativas contábeis** - Na elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de certos valores determinados sujeitos por estimativas, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para indenizações, provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Associação revisa periodicamente as estimativas e premissas a cada ano. **c) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Contribuições a receber** - As contribuições a receber referem-se aos direitos a receber da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo e de Guarulhos, pela prestação de serviços na área da saúde. **e) Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado** - O imobilizado está representado pelos bens operacionais da Entidade, registrados pelo seu custo de aquisição ou valor original, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, e leva em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens conforme taxas anuais mencionadas na nota 7, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos** - A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Entidade é o Real. **i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** - Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto no 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras** - Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafos 3º da Lei no. 9.532/97. **k) Programa para Integração (PIS)** - Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei no. 9.532/97. **l) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis no. 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas. **m) Provisões para demandas judiciais e administrativas** - A Entidade reconhece provisão para contingências de natureza civil, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos** - A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do superávit abrangente** - As demonstrações do superávit abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	875.148	155.457
Aplicações financeiras - CDB	77.864.847	63.151.321
	78.739.995	63.306.778

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras, referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados à taxa de 98,50% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez imediata. **5. Recursos a receber** - Recursos a receber consistem em valores a receber do governo, representados por convênios celebrados com a administração pública, no qual a Entidade prestou serviços no montante de R$23.125.193 em 2012.

6. Depósitos judiciais

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais - INSS	61.588.574	58.120.215
Depósitos judiciais - PIS	1.348.199	-
	62.936.773	58.120.215

Do período de maio de 2005 a outubro de 2009 a Associação procedeu ao depósito judicial relativo ao Processo nº 2005.61.00009922-2 relativo ao recolhimento da Contribuição Social referente aos 20% (vinte por cento) da quota patronal (INSS) sobre a folha de salário dos funcionários e dos prestadores de serviços autônomos e Processo nº 2007.61.00032136-5 relativo ao INSS SAT/Terceiros.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Associação, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

7. Imobilizado

	Imóveis	Equip. cirúrgicos	Equip. escritório	Equip. informática	Equip. telefonia	Equip. Permanente	Material projetos	Total imobilizado
Custo do imobilizado								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	429.568	40.515	55.654	101.926	6.690	127.026	3.145.463	3.906.732
Adições	-	28.179	-	-	-	2.312	523.766	562.737
Baixas	-	-	-	-	-	(28.635)	-	(28.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	429.568	68.694	55.654	101.926	6.590	100.702	3.669.229	4.439.333
Adições	-	11.161	-	-	-	6.852	3.198.370	3.216.383
Baixas	-	-	-	-	-	(31.689)	-	(31.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**429.568**	**77.865**	**55.654**	**101.926**	**6.590**	**75.865**	**6.867.599**	**7.615.027**
Taxa de depreciação	4%	10%	10%	10%	10%	10%	(a)	
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(32.913)	(15.994)	(38.112)	(89.787)	(3.293)	(42.421)		(222.520)
Adições	(17.183)	-	(5.565)	(8.242)	(856)	(12.703)		(44.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(50.096)	(15.994)	(43.677)	(98.029)	(3.349)	(55.124)		(266.869)
Adições	(17.183)	(6.669)	(5.565)	(3.897)	(556)	(12.934)		(46.904)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**(67.279)**	**(22.663)**	**(49.242)**	**(101.926)**	**(4.605)**	**(68.058)**		**(313.773)**
Imobilizado líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2011	379.472	52.700	11.977	3.897	2.631	45.587	3.669.229	4.163.464
Saldo em 31 de dezembro de 2012	362.289	55.192	4.412	-	1.985	7.807	6.867.599	7.301.254

(a) Equipamentos de projetos referem-se a equipamentos de terceiros (governo) no qual a Entidade transfere o imobilizado para o governo, mediante a aprovação por parte do governo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Associação não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais.

8. Provisão para contingências - A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente as seguintes prováveis perdas para os processos em andamento:

Composição e movimentação

	31/12/2012	31/12/2011
Contingências trabalhistas	2.506.450	-
Contingências previdenciárias	5.842.958	4.265.540
	8.349.408	4.265.540

A seguir a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Trabalhistas	Previdenciária	Total
Saldos em 31/12/2010	3.401.800	-	3.401.800
Atualizações	863.740	-	863.740
Saldos em 31/12/2011	4.265.540	-	4.265.540
Ingressos	-	5.842.958	5.842.958
Reversões	(1.759.090)	-	(1.759.090)
Saldos em 31/12/2012	2.506.450	5.842.958	8.349.408

A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são considerados suficientes. Entre 2005 e 2007, a Entidade recolheu INSS a maior, no qual o crédito gerado pelo pagamento a maior não foi homologado, portanto. Em 2012 a Entidade constituiu provisão no montante de R$ 5.842.958 referente aos créditos de INSS que foram compensados com créditos gerados por INSS pagos indevidamente entre os anos de 2005 e 2007, nos quais não foram homologados. Há ainda outras causas trabalhistas em andamento, no montante aproximado de R$1.846.545 para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade. **9. Patrimônio social** - O patrimônio social está composto pelos superávits acumulados ao longo dos exercícios anteriores, cujos valores foram reinvestidos na ampliação e manutenção da Entidade. **10. Contribuições de associação e instituições** - As receitas operacionais recebidas pela Associação referem-se basicamente as subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas.

Projetos	2012	2011
PMSP		
PSF - Programa Saúde Da Família	165.348.166	143.957.911
PAI - Projeto Acompanhante De Idosos	12.797.472	10.342.553
SRT - Serviço Residencial Terapêutico	10.721.558	7.361.131
AMA - Assistência Médica Ambulatorial	65.978.237	41.115.497
CAPS - Centro A. Psicossocial	25.156.507	17.232.864
AMA E - Assist. Médica Amb. Espec.	31.113.424	24.724.729
	311.115.364	242.033.684
PMGUARULHOS		
CAPS Guarulhos	7.401.219	5.197.427
Outros		
Outros Projetos	9.378.525	14.537.079
	327.895.108	261.768.330

11. INSS cota patronal - Demonstramos o valor da isenção previdenciária, como se devido fosse, gozada no exercício de 2012 e 2011, conforme parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 2.536/98:

	31/12/2012	31/12/2011
Isenção usufruída (INSS Cota Patronal)	64.025.063	55.214.477

12. Despesas com pessoal - As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos assistidos. **13. Atendimentos assistenciais** - Com observância ao limite mínimo fixado pelo artigo 3º, parágrafo 4º, do Decreto nº2.536, de 06 de abril de 1998, e as respectivas alterações do Decreto nº 4.327 de 08 de agosto de 2002, o número total de beneficiários atendidos no exercício de 2012 foi de 3.505.472 (4.307.284 atendimentos em 2011), (informação não auditada) representando 100% de atendimento às regras da gratuidade decorrente de convênio firmado com a Secretaria Municipal de Saúde. **14. Cobertura de seguros** - A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerados suficientes pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela administração da Associação.

Ramo	Principais coberturas	Cobertura máxima
Multirrisco patrimonial	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis, pagamento de aluguel, equipamentos cinematográficos, equipamentos estacionários, roubo de valores e outros.	39.379
Fiança	O valor do prêmio do seguro é relativo ao valor do aluguel e suas respectivas despesas tais como IPTU, água e luz	2.775

15. Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras - Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Entidade estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 7,10% para o ano de 2012 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +20% e -20% para as aplicações financeiras, conforme abaixo:

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	7,10%	8,52%	5,58%
Posição em 31.12.2012 R$ 77.864.857*		R$5.528.405	R$ 6.634.086	R$ 4.422.724

* Saldos em 31 de dezembro de 2012 aplicados em CDI

16. Compromissos - Aluguéis - A Entidade mantém contratos de aluguel de imóveis para a prestação dos seus serviços, perfazendo um montante mensal total de, aproximadamente, R$87.847. Os contratos têm vencimento entre 2013 e 2017 e, em sua maioria, têm índice de reajuste atual com base na variação do IGP-DI. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos:

Ano	Valor
2013	2.621.563
2014	1.703.381
2015	751.988
2016	217.595
2017	55.020
	5.399.516

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da Associação Saúde da Família
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Saúde da Família ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do superávit abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e orientações contidas na Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

São Paulo, 25 de abril de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-1

Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-1

DIRETORIA
CARLOS EDUARDO PEREIRA CORBETT
Diretor Presidente

Paulo Hamara Carminho
TC CRC 1SP 043043/O-0

Ciclofaixa de Lazer será ativada no feriado do Dia do Trabalho

A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) irá ativar as Ciclofaixas de Lazer nesta quarta-feira, 1º, das 7h às 16h, devido ao feriado do Dia do Trabalho.

De acordo com a CET, somente a ciclofaixa de lazer da zona Norte estará suspensa no trecho entre a rua Doutor Zuquim e a avenida Braz Leme, em virtude do evento "1º de Maio da Força Sindical". Neste domingo, 28, o programa também será suspenso para a montagem da estrutura do evento do dia primeiro.

Em decorrência do evento "SP Indy 300", no domingo, 5, as ciclofaixas da zona Norte também terão a programação suspensa.

Ciclofaixas de Lazer

A malha cicloviária da cidade de São Paulo possui 241,4 quilômetros de extensão, caracterizada pela presença de diferentes tipologias voltadas para o trânsito seguro de bicicletas, como ciclovias, ciclofaixas operacionais de lazer, ciclofaixa definitiva e rotas de bicicletas. São 119,7 Km de ciclofaixas distribuídos da seguinte forma:

- Ciclofaixa de Lazer Sul/Oeste (também conhecida como "ciclofaixa entre parques") liga os parques das Bicicletas, do Ibirapuera, do Povo, Villa-Lobos, Avenida Chedid Jafet, rua Funchal, avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini e avenida Jornalista Roberto Marinho (até o futuro parque Clube do Chuvisco), com 45 quilômetros de extensão;

- Ciclofaixa de Lazer da zona Norte liga a praça Heróis da F.E.B. à Estação do Metrô Parada Inglesa, com isso, permite acessar também o parque da Juventude - 8 quilômetros de extensão (4 km em cada sentido). Em outubro de 2012, entrou em operação o prolongamento que interliga a ciclofaixa à ciclovia Braz Leme. O percurso é feito pela avenida Santos Dumont e possui 500 metros de extensão nos dois sentidos;

- Ciclofaixa de Lazer da zona Leste liga a avenida Governador Carvalho Pinto ao parque Linear Engenheiro Werner Zulauf-Tiquatira e possui 14 km de extensão (7 km em cada sentido);

- Ciclofaixa de Lazer Paulista-Centro-Ibirapuera que possui 41 km de extensão. Na avenida Paulista, a ciclofaixa é operada em toda a avia, em ambos os sentidos, e liga a rua da Consolação à Praça Osvaldo Cruz. Esse trecho é interligado ao Centro através do eixo Vergueiro-Liberdade. Ao chegar à região central, o percurso passa por pontos turísticos históricos, como o Teatro Municipal, o Viaduto do Chá, o Mosteiro São Bento, as praças Dom José Gaspar, Franklin Roosevelt e da Luz, conectando-se ao Elevado Costa e Silva. O percurso chega também até a região do Ibirapuera pelo eixo Vergueiro-Domingos de Morais-Jabaquara-Indianópolis.

- Ciclofaixa de Lazer Guarapiranga, implantada no final de 2012, possui 11,2 km que interliga a ciclovia do Rio Pinheiros com a ciclovia parque Praia São Paulo, e contorna a represa de Guarapiranga, no extremo Sul da cidade. Além de interligar duas ciclovias, a ciclofaixa de lazer da Guarapiranga possibilita que os ciclistas que utilizem a ciclofaixa de lazer entre parques das zonas Oeste/Sul e acessem a região da represa Guarapiranga. Assim, a população residente na região pode chegar pedalando à região do parque do Ibirapuera, da avenida Paulista e do Centro. Neste percurso, os ciclistas circulam boa parte do trajeto pela ciclovia do Rio Pinheiros (30 Km nos dois sentidos), no trecho da avenida Nações Unidas entre a estação Vila Olímpia da CPTM (desde a passarela da EMAE) até a avenida Miguel Yunes. Dos 11,2 Km de extensão, 600 metros correspondem ao caminho da avenida Doutor Cardoso de Melo desde a rua Funchal (onde se conecta com a ciclofaixa de lazer entre parques) até a avenida Nações Unidas, na altura da estação Vila Olímpia. A partir daí, o percurso continua pela ciclovia do Rio Pinheiros até encontrar a avenida Miguel Yunes. O trajeto segue, então, mais 10,6 Km, passando pela ponte Vitorino Goulart da Silva, alça de acesso para a rua [illegible], Clube Paulista, avenida Feliciano Corrêa, avenida Jacinto Júlio, avenida do Jangadeiro, praça Moscou, avenida Interlagos, praça Enzo Ferrari, avenida José Carlos [illegible], Sanson, passando pela praça Nat[illegible], avenida Berta Waitman até a junção com a ciclovia parque Praia São Paulo situada na avenida Atlântica (antiga Robert Kennedy), já na represa Guarapiranga.

Recomendações ao Público

Entre as recomendações, a CET destaca a importância em respeitar a sinalização. Por se tratar de uma ciclofaixa de lazer e utilizada pelo público em geral (adultos, crianças, idosos), o projeto não se destina à prática de atividades desportivas de ciclismo, devendo ser percorrida em velocidade compatível. A utilização da ciclofaixa por pedestres, patinadores e skatistas é proibida.

O órgão também alerta sobre a [illegible], se houver, deve ser procedido de forma que não atrapalhe a fluidez.

Para informações de trânsito, ocorrências, remoções, reclamações e sugestões, ligue 1188. O atendimento é realizado 24h.

EDITAL COM PRAZO DE TRINTA DIAS PARA CITAÇÃO DE RICARDO DOS SAN[TOS], INSCRITO NO CPF/MF Nº. 308.915.248-78, EXPEDIDO NOS AUTOS DA A[ÇÃO] MONITÓRIA Nº 0012506-36.2011.403.6100, MOVIDA POR CAIXA ECONÔ[MICA] FEDERAL CONTRA O RÉU SUPRACITADO. A DOUTORA MONICA AUT[RAN] MACHADO NOBRE, MMa. JUÍZA FEDERAL DA QUARTA VARA CÍVEL DA JUS[TIÇA] FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO. Faz saber a todos quantos o pre[sente] edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo e Sec[retaria] tramitam os autos da Ação Monitória nº 0012506-36.2011.403.6100, distribuídos em [...] 2011, em que figura como Autora a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF e com[o Réu] RICARDO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob n.º 308.915.248-78, referen[te à] inadimplência por parte do devedor, no cumprimento das obrigações assumidas no Co[ntrato] Particular de Abertura de Crédito à Pessoa Física para Financiamento de Material de Construção e Outros Pactos, sob o nº. 1400000125032, e encontrando-se o Réu em [lugar] incerto e não sabido, conforme certidões do Sr. Oficial de Justiça a fls. 37, foi determ[inada] a citação do mesmo por Edital, com prazo de trinta (30) dias, por intermédio do qu[al fica] citado para pagar, nos termos do artigo 1102-b do CPC, no prazo de 15 (quinze) d[ias a] importância no valor de R$ 13.933,81 (treze mil, novecentos e trinta e três reais e [oitenta] e um centavos), que corresponde ao total devido à Autora, apurados nas fo[rmas] contratualmente ajustadas, atualizado para o dia 12/07/2011, sendo certo que o [valor] assim apurado deverá ainda ser corrigido na data do efetivo pagamento na form[a das] cláusulas contratuais, devidamente atualizada, acrescido de despesas processua[is, ou] oferecer embargos no prazo legal, querendo, sob pena de formação do título exec[utivo] convertendo-se automaticamente, o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo-se na forma do processo de execução forçada, até final satisfação da requerente, nos termos do art. 1102-c do CPC. E para que chegue ao conhecimento do Réu e do(s) terceiro(s) interessado(s), expediu-se o presente que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume, no saguão térreo do Fórum Pedro Lessa, da Justiça Federal de São Paulo. Dado e passado nesta Capital do Estado de São Paulo, em 31 de janeiro de 2013. Eu, Débora Cripravski Sabatini, Técnico/Analista Judiciário, R.F.3970, digitei. E eu, Osvaldo João Chechio, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevo. MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE - Juíza Federal da 4ª Vara Cível. **27 e 30/04**

Edital de Citação - Prazo de 20 dias Processo Nº 0008115-06.2011.8.26.0006 O(A) Doutor(a) Camila Sani Pereira Quinzani, MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, da Comarca de do São Paulo, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a(o) Samuel Jorge Lima, CPF 300.822.388-56, RG 28806301-1, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Macedo & Sulato Comércio de Veículos Ltda. M.E., objetivando o recebimento da quantia de R$8.024,20 atualizada em maio/2011, referente ao empréstimo pessoal para a aquisição de um veículo,

REPRODUÇÃO REDUZIDA
A presente cópia é parte de um documento
14º TABELIÃO DE NOTAS - VAMPRÉ
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA APRESENTADA PELA PARTE, CONFERE COM O ORIGINAL. DOU FÉ.
S.Paulo 08 MAIO 2013
www.vampre.com.br
RUA ANTONIO BICUDO, 64 - PINHEIROS
CEP 05418-010 - SÃO PAULO - SP - TEL: 3065-4500
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
CADA AUTENTICAÇÃO - R$ 2,50
KARINA FUGIMURA ESCREVENTE São Paulo
AUTENTICAÇÃO 1047AW459915